

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

O EXÓTICO E SINGULAR ECOSISTEMA DO PARQUE ESTADUAL DO ESPINILHO

*Elaine Regina Oliveira dos Santos*  
*Boletim Gaúcho de Geografia, 14: 74-79, jul., 1986.*

Versão online disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37960/24456>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jul., 1986

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# O EXÓTICO E SINGULAR ECOSISTEMA DO PARQUE ESTADUAL DO ESPINILHO

Elaine Regina Oliveira dos Santos\*

## INTRODUÇÃO

Situado no município de Uruguaiana, numa região cuja cobertura vegetal é predominantemente campestre, o Parque Estadual do Espinilho se distingue da paisagem da Campanha rio-grandense, devido à sua formação florística morfologicamente similar a do bioma da savana africana.

Essa singularidade paisagística, absolutamente definida e limitada no território nacional ao extremo oeste gaúcho, inspirou uma série de indagações pertinentes à sua procedência, fixação e desenvolvimento.

Com o objetivo de ampliar as perspectivas de diagnóstico desse ecossistema "sui generis", foram realizados estudos da ecodinâmica da sua área.

Tais estudos igualmente visam contribuir, mediante um enfoque geográfico, para a identificação, destaque e divulgação da importância ecológica desse Parque Estadual, que atualmente persiste ameaçado de extinção.

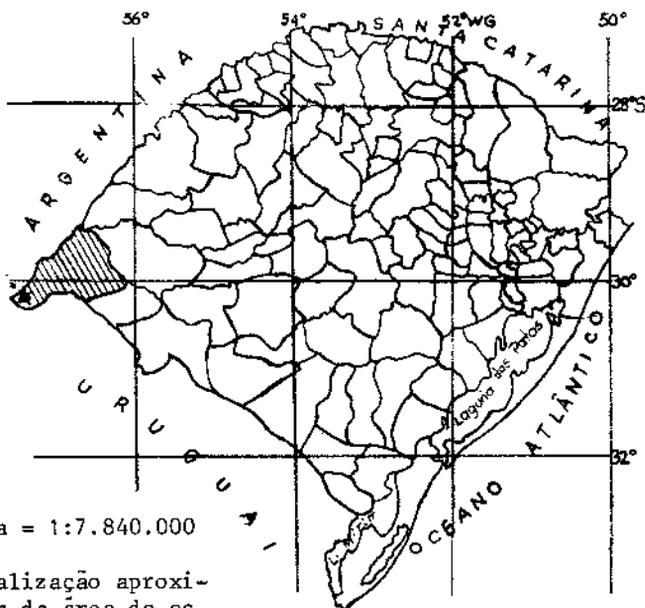
## 1 - A ÁREA DE ESTUDO

### 1.1 - LOCALIZAÇÃO

O Parque Estadual do Espinilho localiza-se no município de Uruguaiana, região fisiográfica da Campanha, extremo oeste do Rio Grande do Sul, entre as coordenadas geográficas de 30°11' a 30°13' de latitude sul e 57°28' a 57°30' de longitude a oeste de Greenwich (Fig. 1).

---

(\*) Geógrafo - Registro no CREA nº 58114.



Escala = 1:7.840.000

✚ Localização aproximada da área de estudo.

Fig. 1 - Posição do município de Uruguaiiana no RS com localização aproximada do P.E. do Espinilho.

FONTE: "Enciclopédia dos municípios brasileiros" (IBGE).

Compreende uma área de aproximadamente 276 hectares, situada a sudeste da rodovia BR 472, entre os quilômetros 63 e 65, no sentido Uruguaiiana-Barra do Quaraí, distando cerca de 65 km do centro administrativo do município.

## 1.2 - DESCRIÇÃO

A sua formação vegetal tipo parque, responsável pelo caráter exótico e original, é determinada fundamentalmente pela associação de dois gêneros de leguminosas arbóreas: *Prosopis* ("algarrobo" e "inhanduvã") e *Acacia* ("espinilho") (Fig. 2).

O "espinilho" - *Acacia caven* (mol.) molina - é a espécie mais esparsa, constituindo-se num arbusto espinhoso, contorcido, que atinge somente um ou dois metros de altura, no geral. Apresenta flores amarelas, muito perfumadas, e vagens curtas, grossas, de cor púrpura.

O gênero *Prosopis* é dominante na área, sendo representado pela *Prosopis algarobilla* Gris - "inhanduvã" e *Prosopis nigra* (Gris.) Hieron - "algarrobo". São árvores que, no Parque, dificilmente ultrapassam os três metros de altura. O "algarrobo" se diferencia do

"inhanduvã" por apresentar uma copa com tendência piramidal, enquanto o último é reconhecido pela sua copa ampla, plana, horizontalizada. O tronco dessas leguminosas é bem definido, as folhas são caducifólias e os ramos são curtos, contorcidos, apresentando espinhos axiais.

A porção oriental do Parque é delimitada pela Sanga Grande, curso d'água tributário do Arroio Quaraí-Chico.

O solo, de acordo com relatório fornecido pelos técnicos da Secretaria da Agricultura, "é tipicamente de várzea, úmido, escuro, coberto de pastagens nativas" e outros exemplares de plantas xerófilas como as cactáceas que, associadas às leguminosas referidas, individualizam, paisagisticamente, o Parque Estadual do Espinilho do contexto da flora estadual.

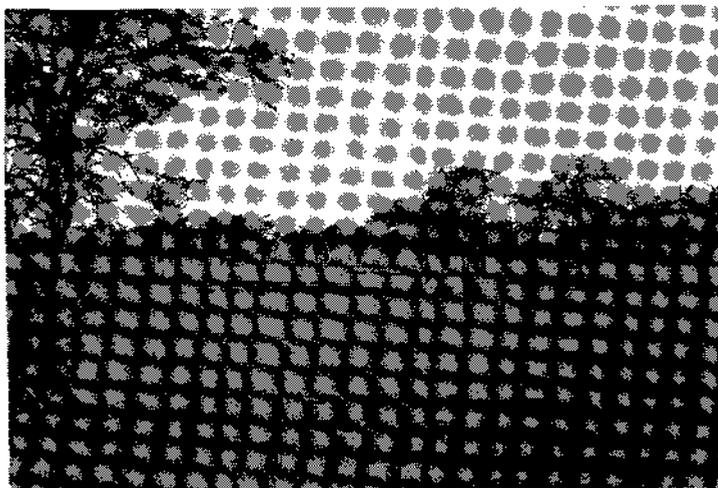


Fig. 2 - Vista geral do Parque, onde se evidencia a originalidade dessa formação "silvática-campestre". Em 1º plano figuram-se alguns "algarrobos", facilmente reconhecidos pela copa piramidal. Ao fundo, os "inhanduvãs", com copa ampla e horizontal.

## 2 - ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ECOSISTEMA

### 2.1 - HERANÇA PALEOCLIMÁTICA DO QUATERNÁRIO

A evolução geológica de uma região, com suas fases alternadas de processos erosivos e de sedimentação, é um fator relevante para o entendimento de uma determinada realidade geográfica. A atuação pretérita dos diversos processos morfogenéticos serviu para moldar a paisagem atual. Assim, graças às evidências paleoecológicas sobreviventes nos biótopos, o pesquisador encontra subsídios para delimitar e identificar os diferentes ecossistemas.

O estudo das influências paleoclimáticas do Quaternário veio reforçar a hipótese de que a flora do Parque Estadual do Espinilho tem sua origem nas invasões de leguminosas arbóreas provenientes do Parque Mesopotâmico Argentino, por ocasião de uma fase climática mais seca. Nesse período supõe-se que as condições ecológicas então dominantes seriam similares as daquele ambiente.

## 2.2 - AS ATUAIS CONDIÇÕES NATURAIS

O estudo fitogeográfico do Parque Estadual do Espinilho constitui fascinante exemplo das diversificações florísticas encontradas num mesmo domínio morfoclimático.

Inserido em região fortemente caracterizada pelos campos da Campanha sulina, sua formação tipo parque se destaca pelo aspecto acentuadamente original.

A análise das condições naturais, atualmente dominantes na área em apreço, contribuiu para elucidar o porquê da permanência de uma vegetação xerófila em regiões climaticamente classificadas como úmidas.

Dessa maneira, verificou-se que as condições atmosféricas definidas por uma pronunciada variabilidade térmica e pluviométrica, influenciadas pela topografia suave e a continentalidade da Campanha rio-grandense, limitam a capacidade de sobrevivência das plantas. Para garantir a perpetuação da espécie, as leguminosas do Parque apresentam estruturas vegetais como folhas pequenas, caducifólias, espinhos e tronco revestido por grossa casca. Essas adaptações se destinam a reduzir a superfície de transpiração e diminuir a perda de água, compensando, portanto, a inconstância da precipitação aliada a uma intensa evaporação.

A pouca profundidade, a existência de argilas expansivas, que deixam o horizonte superficial plástico e pegajoso, quando molhado, e duro, quando seco, e a má drenagem inibem a capacidade de armazenamento de água nos solos da área. Isso exige uma adequação especial do sistema radicular dessas plantas que, para tanto, desenvolveram raízes vigorosas e de apreciável crescimento horizontal.

Assim, o trabalho realizado no Parque Estadual do Espinilho revelou a complexidade de relações existentes entre variáveis edáficas e climáticas, que analisadas conjuntamente, integradas num processo ecodinâmico, esclarecem aspectos significativos das biocenososes encontradas na área.

## 2.3 - A RELAÇÃO COM A AVIFAUNA

O ornitólogo Flávio Silva da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, um dos grandes defensores da integridade ecológica desse Parque Estadual, forneceu interessantes informações sobre a avifauna encontrada na sua área. Conforme esse pesquisador, espécimes

de aves como o *Drymornis bridgesii* - "Arapaçu platino" - *Coryphistera alaudina* - "Corredor crestudo" - e *Picoides mixtus* "Picapauzinho chorão" - têm sua área de ocorrência, no território brasileiro, limitada ao Parque de Espinilho. Essas aves procuram muito esse hábitat para fins de nidificação.

### 3 - A AÇÃO ANTRÓPICA NA ÁREA

A história do Parque Estadual do Espinilho começa um pouco antes do Decreto nº 23.798, de 12.03.75, que oficializa a sua criação. Em verdade, a idéia de se preservar esse tipo de cobertura vegetal foi sugerida pela "Comissão Verde", em relatório elaborado em Janeiro de 1975.

A referida Comissão foi integrada por participantes de várias instituições como o Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representado por Tuiscon Dick, Secretária da Agricultura, por Clovis Borba Gomes, Fundação Zootécnica do Rio Grande do Sul, com Willibaldo Thomé, e outras entidades governamentais e particulares preocupadas com a defesa do patrimônio natural no Estado. A então denominada "Comissão Verde", reunida pela Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, que mais tarde daria origem ao atual Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do RS, desenvolveu estudos no sentido de viabilizar um "Programa Estadual de Áreas Verdes", para o território gaúcho. No caso do Parque Estadual do Espinilho, a comissão se baseou em levantamentos realizados pelos botânicos da UFRGS, Bruno Ingang e Luiz Baptista.

Assim, foram indicadas várias áreas que, em função das suas características ecológicas especiais, deveriam ser destinadas à preservação permanente. O trabalho da "Comissão Verde" culminou com a criação de cinco Parques e três Reservas Biológicas Estaduais (Decreto 23.798/75), totalizando 26.806,30 hectares.

Entretanto, a indefinição do Poder Público, no que tange à efetiva implantação dessas áreas, põe em risco todo o seu programa de conservação. Consoante informações do Engº Agrº Lair Ferreira do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, Secretária da Agricultura - RS, a ação governamental tem sido discreta em áreas estaduais declaradas de preservação, tornando-se praticamente ausente quando o problema envolve a propriedade privada, bem como a determinação da posse.

O Parque Estadual do Espinilho ainda se encontra em terras que não sofreram a desapropriação pelo Estado. Os proprietários, por tanto, continuam ocupando e explorando a sua área. Na porção oriental, por exemplo, o leito da Sanga Grande foi interrompido por uma taipa para fins de irrigação, acarretando num gradual avanço das culturas de arroz, precedido pelo desmatamento das leguminosas arbóreas. O sudeste do Parque também foi aproveitado para a rizicultura e o sudoeste para pecuária.

Dessa forma, verifica-se que a tentativa de se resguardar a formação "parque de espinilhos" no Estado não se concretizou com o Decreto de 1975. Como colocou o Engº Agrº Lair Ferreira, faltam recursos e iniciativa para implementação do que foi estabelecido por Lei.

Mas, por ironia e inconcebível contradição, a maior ameaça à integridade do Parque Estadual do Espinilho, a exemplo de outras paisagens nativas como o Parque Florestal Estadual do Turvo, último reduto de flora e fauna representativas da floresta subcaducifólia subtropical no Rio Grande do Sul, são os projetos governamentais de construção de barragens ao longo do rio Uruguai.

O Poder Público, quer seja Municipal, Estadual ou Federal, tem necessariamente responsabilidades com o patrimônio natural da nação. Toda e qualquer modificação efetuada no espaço geográfico, especialmente a que afeta ecossistemas já declarados "áreas de preservação permanente", deve ser submetida a uma prévia apreciação por parte das pessoas e entidades diretamente envolvidas no processo. Esse não apenas supõe a participação de comunidades locais que por ventura terão seu espaço reorganizado pelo evento, como igualmente carece de parecer técnico de profissionais comprometidos com a nova reordenação. Os questionamentos de "Por que", "para que" e "Para quem" devem estar sempre presentes. Além disso, uma nova "ordem espacial", embora aparentemente localizada, com certeza provoca alterações em toda estrutura política, econômica e social de um contexto maior. No exemplo em questão, a modificação da paisagem local, em função do projeto das barragens, terá implicações ecológicas e sociais que serão sentidas em todo Estado. Para ilustrar, pode-se referir à destruição de nichos ecológicos antigos e à criação de novos, que mudam a estrutura da cadeia biológica, através do extermínio de espécies e da atração de outras que podem competir com as existentes. Outro fato gerado será o êxodo forçado de camponeses, que terão de encontrar e ocupar um novo espaço, que quase nunca apresenta condições políticas, econômicas e, por conseguinte, sociais de absorver essa mão-de-obra e assegurar uma continuidade no processo produtivo. Esses são alguns fatores, cujas ramificações por si só impõem uma gama muito maior de conseqüências que se desencadeiam em processos de transformação espacial dessa ordem.

Percebe-se, em vista disso, que a simples criação de Parques e Reservas não é suficiente para a garantia da sua sobrevivência. Os decretos de criação raramente são acompanhados de medidas efetivas à implantação dessas "Áreas Verdes".

Dessa maneira, parece que a existência legal de Parques e Reservas, no Estado, serviu mais para a canalização de recursos financeiros a certos órgãos da administração pública, cujo interesse em dar continuidade ao programa de conservação do patrimônio natural não está devidamente claro, haja visto o processo paulatino e impune de descaracterização das áreas de preservação permanente no Rio Grande do Sul.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Elaine Regina Oliveira dos. *Estudo físico-geográfico do Parque Estadual do Espinilho - município de Uruguaiana - RS.* UFRGS, Trabalho de Graduação, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Porto Alegre, 1985.